



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO**

**PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 140/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO PREÇO N° 20/2024**

**Objeto da Licitação:** Contratação de Empresa para fornecimento de Larvicida Biológico B.T.I. (*Bacillus Thuringiensis* variedade *Israelensis*) que serão utilizados no controle dos simulídeos (borrachudos), para atender as demandas da Secretaria da Saúde do Município de Rodeio Bonito/RS.

**OBJETO: PEDIDO DE PARECER JURÍDICO ACERCA DO RECURSO ADMINISTRATIVO, interposto em 21/08/2024, nos autos do PROCESSO LICITATÓRIO pela empresa SANGRIN LTDA, a qual conforme consta na ata da sessão foi desclassificada.**

**PASSO A OPINAR:**

Acerca da Análise das razões recursais interpostas pela empresa licitante SANGRIN LTDA, CNPJ 15.153.524/0001-90, em face à desclassificação desta nos autos do Processo 140/2024, PREGÃO ELETRÔNICO PREÇO N° 20/2024, **opino pela improcedência das razões recursais.**

**No Mérito:**

Cumpre destacar que foi observado o disposto na legislação, tanto no procedimento quanto ao prazo concedido para a interposição do recurso e impugnação.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO**

O representante legal da recorrente que apresentou tempestivamente suas razões recursais.

Houve a ciência da interessada, atendendo a necessidade de oportunizar o contraditório e ampla defesa.

Analizando o caso concreto, a Comissão Julgadora considerou inabilitada a empresa licitante SANGRIN LTDA, pois esta não apresentou documentação de qualificação técnica prevista no Edital. Cumpre destacar, que não houve impugnação ao presente edital, no prazo legal. Desta forma, as empresas licitantes interessadas em participar do certame, estavam cientes das exigências, bem como não contestaram no prazo legal.

Quanto ao item 5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA o Edital previu especificamente nos itens:

5.4.3. Apresentar Documento que comprove a certificação para uso em água potável e Registro no Ministério da Saúde da CEPA que compõe o produto ofertado.

5.4.4. Apresentar comprovação de eficácia do produto a campo, em larvas de *Simulium* spp, mediante publicação de estudo científico realizado por instituição devidamente habilitada para tal finalidade, com o mínimo 80% de mortalidade de larvas 200m abaixo do ponto de aplicação, utilizando a dose adequada de acordo com a vazão aferida.

Desta forma, a recorrente não apresentou documentação técnica prevista no Edital de licitação. Qual seja, o Registro na Organização Mundial de Saúde.

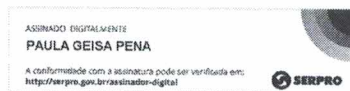
Ademais, a exigência considera os riscos de utilização de produtos não avaliados que tragam prejuízos, e visa garantir a segurança ambiental.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO**

**Portanto**, pelo exposto diante das razões recursais e impugnação apresentadas no procedimento licitatório em epígrafe, com observância dos princípios da Administração Pública, da Lei 14.133/21 e do instrumento convocatório; **opino pela IMPROCEDÊNCIA das RAZÕES RECURSAIS** interpostas pela empresa SANGRIN LTDA, com a consequente manutenção da INABILITAÇÃO imposta pela Comissão Julgadora. Ademais, sugiro o prosseguimento do feito com a adjudicação e homologação do objeto em observância a ordem de classificação da licitação.

**Rodeio Bonito/RS, 30 de agosto de 2024.**



**Paula Geisa Pena**  
**Matrícula nº 1329/0**  
**Procuradora Jurídica**





Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO**

**PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**  
**PREGÃO ELTRÔNICO Nº 20/2024 (Processo nº 140/2024)**

**ATA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**OBJETO:** Aquisição de Larvicida Biológico B.T.I. (*Bacillus Thuringiensis* variedade *Israelensis*) que serão utilizados no controle dos simulídeos (borrachudos), para atender as demandas da Secretaria da Saúde do Município de Rodeio Bonito/RS, conforme descrito no Termo de Referência ANEXO I do Edital.

Às 9:00 horas do dia dois do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito/RS, reuniu-se a Pregoeira e equipe de apoio, com a finalidade de analisar e decidir em relação ao recurso administrativo interposto pela empresa SANGRIN LTDA., inscrita no CNPJ nº 15.153.524/0001-90, a qual foi inabilitada no certame por não atender a qualificação técnica exigida no edital. Registrar que a empresa recorrente manifestou a intenção de recorrer, apresentando no prazo legal as razões do recurso. Apresentadas as razões do recurso, pela empresa SANGRIN LTDA., no prazo legal, a empresa COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MATTIELO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 88.245.485/0001-24, apresentou contrarrazões. Cumpre registrar que não houve qualquer impugnação aos termos do Edital. É o breve relato. Passa-se a análise do mérito do recurso. Analisadas as razões apresentadas pela empresa recorrente SANGRIN LTDA. e as contrarrazões apresentadas pela empresa COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MATTIELO LTDA., tem-se de imediato que o recurso apresentado pela empresa SANGRIN LTDA., não merece prosperar pelas razões a seguir expostas. Preliminarmente frisar que a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 20/2024, foi processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade e da probidade administrativa, haja vista que foi garantido tratamento isonômico a todos que demonstraram condições de participar do certame e tinham interesse em disputar o objeto contratual oferecido. Em segundo lugar, deve ser frisado que, atendendo o que preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021, é dever da Administração, ao realizar procedimentos licitatórios, exigir documentos de habilitação compatíveis com o ramo do objeto licitado, especialmente aqueles que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira para participar de licitação na Administração Pública. Frise-se que todos os princípios que regem a licitação pública e a sua lisura foram observados no certame em comento, haja vista que todos os *interessados em contratar com a Administração competiram em igualdade de condições, sem que a nenhum fosse oferecida vantagem não extensiva a outro*. Portanto, a exigência da qualificação técnica estabelecidas no Edital, em momento algum restringiu a participação das empresas mencionadas e de outros interessados em disputar o objeto licitado. De outra banda, o Edital, por previsão legal faz lei entre as partes, nele prevendo, disposições constantes na lei de licitações, vinculando a ele não somente os licitantes interessados em contratar com a Administração, mas também a própria Administração que não poderá agir/julgar de modo diverso daquele expressamente previsto no Edital. A observância da lei e ao instrumento convocatório é garantia, inclusive, da observância ao princípio da igualdade/isonomia entre os licitantes. Ainda, os requisitos postos no edital tem a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa, como sendo aquela de menor preço e que reúna as condições mínimas de segurança para a administração. Está pacificado na doutrina e na jurisprudência que é regular a inabilitação de licitante que apresenta documentação de habilitação não aderente aos requisitos estabelecidos no edital do certame. A ampliação das





Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO**

possibilidades habilitatórias é um benefício ao procedimento licitatório, que logrará a obtenção de um maior número de propostas e, consequentemente, uma maior possibilidade de obtenção da melhor oferta. Contudo, essa extensão deve ser adotada com responsabilidade e com os cuidados que requer o bom trato da Administração Pública para a continuidade dos serviços prestados. Imperioso ressaltar que o julgamento do certame está embasado nas regras do Edital e nos princípios insculpidos na Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue: *“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”* Ainda nesta esteira, deve ser frisado que o Edital faz Lei entre a administração pública e as empresas participantes da licitação, em respeito aos ditames da Lei 14.133/2021. De fato, a regra que se impõe é que, após publicado o edital, não deve mais a Administração promover-lhe alterações, salvo se assim o exigir o interesse público. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica. A não vinculação do administrador aos estritos termos do edital, pode ser motivo para o Judiciário interferir (mediante ação movida pelos interessados, bem como pelo Ministério Público ou mesmo qualquer cidadão, pela Ação Popular), fazendo com que o desvio de conduta perpetrado seja anulado, restabelecendo-se a ordem no processo licitatório. Ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia. Portanto, é entendimento correntio na doutrina, como na jurisprudência, que o Edital, no procedimento licitatório, constitui lei entre as partes e é instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação. Significa que o Edital, com todas as suas especificações referentes ao objeto, deve ser *rigorosamente* observado, tanto pelos licitantes como pela Administração promotora do certame. Seguindo idêntica conclusão averba Hely Lopes Meirelles, *“in”* Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros, 11ª Ed., 1997, pág. 31: ***“(...) que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, que quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, o julgamento e ao contrato. (...) Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e a forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (...) A documentação não pode conter menos do que foi solicitado, e as propostas não podem ofertar nem mais nem menos que o pedido ou permitido pelo edital.”*** Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416) O mesmo autor prossegue no exame da questão, e reforça sua argumentação a respeito da vinculação do edital, ao fixar prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital. Expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Isto significa dizer que quem participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo” (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.417). O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu: ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento







Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO**

convocatório (AC 199934000002288): “Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada” (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento”. O mesmo TRF1, noutra decisão (AC 200232000009391), registrou: Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. (...) O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)” (Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420). A conduta da Administração na condução do pleito foi de estrita observância e vinculação ao edital, sendo o direito prejudicado pertencente a terceiro que não observou as prescrições editalícias, sendo descabida a pretensão de beneficiar-se de sua desídia. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital. Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere. Portanto, o Edital dita a condução da entidade licitadora e dos licitantes, do começo ao fim do processo, aderindo ponto a ponto às regras estabelecidas para o certame, devendo a Comissão estar adstrita aos critérios objetivos estipulados, restringindo-se ao nele expressamente previsto. **DA DECISÃO.** Em face do acima exposto, com fundamento nos princípios da moralidade, igualdade, economicidade, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório e ainda o parecer da Procuradoria Jurídica do Município o qual é adotado como razão de decidir, a DECISÃO é por conhecer o recurso, eis que tempestivo, e, no mérito, pelo indeferimento do recurso apresentado pela empresa licitante SANGRIN LTDA., mantendo-se inalterado o julgamento do certame. Com fulcro no § 2º do art. 165, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Pregoeira e Equipe de Apoio submetem o recurso, devidamente informado, ao Senhor Prefeito Municipal para que o mesmo profira a decisão final. Rodeio Bonito – RS, 02 de setembro de 2024.

  
Jacinta Maria Hermes  
Pregoeira

  
Ana Paula Brezolin  
Equipe de Apoio

  
Silmara Rodrigues Elvanger  
Equipe de Apoio



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO**

**DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL**

**JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO AO  
JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024 (Processo nº 140/2024)**

**OBJETO:** Aquisição de Larvicida Biológico B.T.I. (Bacillus Thuringiensis variedade Israelensis) que serão utilizados no controle dos simulídeos (borrachudos), para atender as demandas da Secretaria da Saúde do Município de Rodeio Bonito/RS, conforme descrito no Termo de Referência ANEXO I do Edital.

**RECORRENTE:** SANGRIN LTDA., inscrita no CNPJ nº 15.153.524/0001-90.

Pelas razões e fundamentos do parecer da Procuradoria Jurídica do Município e ata de julgamento do recurso administrativo da Pregoeira e Equipe de Apoio, nos autos da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 20/2024, os quais acolho e adoto como razões de decidir, DECIDO pelo indeferimento do Recurso Administrativo interposto pela empresa recorrente SANGRIN LTDA., ao julgamento do Edital em epígrafe, mantendo-se inalterado o julgamento do certame.

**É a decisão.**

**Publique-se e Notifique-se.**

**Rodeio Bonito - RS, 03 de setembro de 2024.**

  
**Paulo Duarte**  
**PREFEITO MUNICIPAL**